

Sobre a Lógica e Termos da Saída do Reino Unido da União Europeia*

Annette Bongardt

European Institute, London School of Economics and Political Science, London, UK, National Institute for Public Administration, Lisbon, UFP, Porto, and CICIP (U. Minho, FCT), Portugal.

Francisco Torres

European Institute, London School of Economics and Political Science, London, UK, PEFM, St. Antony's College, Oxford University, Oxford, UK, and Católica Lisbon School of Business and Economics, Portugal.

Resumo

Ao longo dos anos o Reino Unido (RU) acumulou privilégios e exceções, obstruindo permanentemente o processo de integração europeia. Em 29 de março de 2017 invocou o artigo 50 para a saída da União Europeia (UE), decisão democrática que envolveu um referendo, confirmado várias vezes no Parlamento por maiorias esmagadoras e pelo resultado das eleições gerais de junho de 2017. Trata-se de um desenvolvimento positivo e necessário, visto que a União tem de salvaguardar a sua integridade e avançar com o projeto de integração europeia. Por outro lado, a UE também não pode permitir que ex-membros obtenham concessões ou privilégios que estão reservados aos membros da UE (que têm obrigações) e que iriam minar o normal funcionamento da União e o projeto político de integração. Por isso, a UE não pode ceder a tentativas de abuso dos benefícios do clube através do tipo de "Brexit" (eufemisticamente denominado "soft Brexit", acordos à medida ou de transição e similares) que alguns no RU parecem reclamar.

Abstract

On the Logic of the UK Leaving the European Union

The UK over time became an outlier in the EU, with many privileges and opt-outs, permanently obstructing European integration. It ended up triggering Article 50, as the outcome of a democratic process that involved a referendum, confirmed in parliament by overwhelming majorities and by the outcome of a general election. We argue that this is a positive and necessary development for the EU to be sustainable, as the Union has to protect its integrity and advance with the European integration project. On the other hand, the EU can also not allow that post-Brexit outsiders have special deals or concessions with privileges that only accrue from membership, as that would undermine its functioning and the European political integration project. It follows that the EU cannot give in to any free riding on the EU club benefits through the kind of Brexit (euphemistically called soft Brexit, bespoke deal, transitional deal and the like) that some in the UK seem to demand.

* Este artigo sumariza um dos aspetos políticos que integraram várias apresentações dos autores sobre as consequências económicas e políticas do "Brexit" para o RU e a UE na London School of Economics (incluindo a conferência no âmbito das LSE's Brexit lecture series e as aulas no curso Political Economy of Europe), em King's College London, em St Antony's College, Oxford University, na Heinrich-Heine-Universität Düsseldorf, na Católica Lisbon School of Business and Economics, na Nova School of Business and Economics, no Instituto Nacional de Administração e no Instituto da Defesa Nacional em Lisboa, entre dezembro de 2016 e junho de 2017 e nas análises dos autores nas páginas da LSE, 'The UK in a Changing Europe' e *Oekonomistenstimme*. Os aspetos económicos (como a UEM e o "Brexit" ou a teoria dos clubes) não cabem nesta nota e são discutidos noutros textos dos autores. Agradecemos aos muitos alunos e colegas bem como aos leitores dos nossos blogues os comentários e discussões ao longo do último ano, em especial a Paul De Grauwe, Brigid Laffan, Waltraud Schelkle, Gijs De Vries, Michiel van Hulten, Teresa Lloyd Braga, Jorge Braga de Macedo, Lorenzo Codogno, Kevin Featherstone, José Tavares, Simona Talani, Kalypso Nicolaidis, Charles Enoch, Russell Kincaid, Stefan Thierse, Hartwig Hummel e Benedicta Marzinotto.